

**CRÍTICA DA RAZÃO TERRIFICANTE  
KANT ENTRE O BELO, O SUBLIME E O TERROR NA CRÍTICA DA  
FACULDADE DE JULGAR**

**José Henrique Alexandre de Azevedo\***

Vitória (ES), vol. 2, n. 2

Agosto 2013

***SOFIA***

*Versão eletrônica*

---

\*Pesquisador CAPES/REUNI, Mestrando UFC (Universidade Federal do Ceará)/  
josehenriqueazevedo@hotmail.com

**Resumo:** Este trabalho tem como objetivo analisar o sentimento de Sublimidade contido na Crítica da faculdade de julgar de Kant, tendo como principal posicionamento que a psique humana se aterroriza diante de manifestações da natureza de caráter absolutamente grandes. Daí, como por uma virada estratégica inspirada no barão de Münchhausen, a razão acalma-a por conta de achar em si mesma um factum que proporciona serenidade à alma, ou seja, postula ideias, oriundas de si própria, sem nenhuma garantia de conhecimento destas. O sublime, seguindo este raciocínio, é um sentimento precedido pelo terror, que, após reflexão sobre tais afecções, permitem à razão se acalmar e julgá-lo como um sentimento sereno. Desse modo, se o sublime é a gênese da filosofia kantiana, então terror está na sua base.

**Palavras-chave:** Gênese; Sublime; Terror.

**Abstract:** The objective of this paper is to analyze the feeling for sublimity enclosed in Critic of the power of judgment by Kant, that the main position is the human psyche terrify itself front nature manifestations absolutely large. But, as for a strategical turn inspired on Münchhausen baron, reason calm down because find in itself a faktum that provides serenity to the soul; these faktum postulate ideas from itself, but without warrants to know it. Sublime is a feeling preceded for terror, that after some reflexion about those affections, allow reason to calm down and to judge it as a serene feeling. Thus, if sublime is the gene of Kantian philosophy, so terror is its ground.

**Key-words:** Genesis; Sublime; Terror.

## INTRODUÇÃO

Depois que Richard Dawkins esboçou a teoria dos memes - a hipótese de que as ideias são seres autônomos auto-replicadores cujo habitat é o cérebro humano – tem gente falando por aí que um erudito não passa de um artifício que uma biblioteca usa para produzir novas bibliotecas.

(Manuel Bulcão: *As esquisitices do óbvio*).

“É que, desde o momento em que Kant nos mostrou os perigos que nos reserva a Dedução transcendental (se a terra, num único dia, passasse de um clima tórrido para o glacial), o filosofar passou a consistir em expulsar o acaso, a decifrar a todo custo uma legalidade sob o fortuito que se dá na superfície.”

(Gérard Lebrun: *Por que filósofo?*)

A beleza é a redentora da humanidade, aquilo que de maneira mais pomposa salvará o homem de suas melancolias, depressões, tristezas, dores de amor e todas as mazelas inerentes a esta arte soberana chamada viver. Mas o que é a beleza? Habitamos em um tempo em que a estética é marcada pelo mercado, sendo, com isso, mormente a televisão o ditador estético de nossos lares, roupas, automóveis e atos

cotidianos. Por que isto tudo se caminhou para tal modelo? Responder a esta pergunta não é objetivo deste escrito, contudo ele indicará um pedacinho do caminho traçado pela história da beleza, mais precisamente a beleza pensada por Kant, ou melhor, do “Belo - juntamente com ‘gracioso’, ‘bonito’, ‘sublime’, ‘maravilhoso’, ‘soberbo’ e expressões similares- é um adjetivo que usamos para indicar algo que nos agrada.”<sup>1</sup>

O que ocorre comigo quando vejo uma igreja barroca? Por que tenho em mim este sentimento de jovialidade, de ânimo, de imensidão terna, que me invade e me deixa absolutamente comovido, estupefato? Por que me sinto de tal modo afetado diante daquele monumento à fé, embora seja eu um ateu convicto e atuante? Sou invadido por um sentimento que me comove de modo a sentir um prazer transbordante ao ver tal igreja; disto não resta dúvida. Kant, aquele que será o paradigma deste escrito, teoriza acerca destes sentimentos promovendo respostas dignas de seu tempo (como todos os grandes filósofos não fugiu das garras deste Deus implacável) às aspirações de uma humanidade especificamente ocidental, ilustrada, forjada em uma cultura específica, coisa que de modo algum pode ser esquecida por mais que se pretenda a universalidade e a atemporalidade em suas manifestações teórico-subjetivas.

Kant tem uma característica muito iminente, a saber, fazer com que os autores posteriores a ele, tanto na Alemanha quanto fora dela, pusessem como tema suas questões, enquanto manifestações válidas ao intelecto humano, e as discutissem como se fossem realmente importantes. Falei sobre Schopenhauer como mote para invocar seu belo discurso em referência a Kant, sem dúvida umas das mais belas homenagens na história da literatura filosófica mundial de um homem que escrevia tão bem que se suas obras fossem romances em vez de filosofia ainda seria um grande na história do pensamento. Vejamos um trecho de sua bela *Crítica à filosofia kantiana*:

A obra prima consumada de um verdadeiro grande gênio sempre exercerá efeito profundo e vigoroso sobre todo gênero humano, e em tal extensão, que não dá para calcular quantos longínquos séculos e países sua influência luminosa pode alcançar. Será sempre assim, pois, por mais rico e cultivado que for o tempo no qual ela mesma nasce, ainda assim o gênio, semelhante a uma palmeira, ergue-se sobre o solo no qual se enraíza [...] As obras de Kant não precisam de meu fraco discurso em seu louvor, mas elas mesmas louvarão eternamente seu mestre e, mesmo que talvez não vivam em letra, com certeza viverão para sempre em espírito sobre a face da terra. (Schopenhauer, 2005, pgs 524-5).

Faço minhas as belas palavras de Schopenhauer em louvor a uma magnífica obra como a de Kant. Contudo, não seria honesto de minha parte para com o próprio Kant ou para com qualquer outra pessoa que admira este grande gênio esconder minhas inquietações acerca da filosofia kantiana. Uso, assim, do mesmo expediente que Schopenhauer (Obviamente somente no que concerne à crítica), que usa as três páginas primeiras de sua *Crítica à Filosofia kantiana* como elogio à magnanimidade daquele autor, mas que no decorrer das outras 137 páginas critica veementemente a referida filosofia daquele homem, trucidando (o que não será o caso aqui) as partes mais densas da filosofia crítica kantiana. No entanto, não serei tão duro quanto

---

<sup>1</sup> ECO, 2004, pg 8.

Schopenhauer, por conta da minha própria ignorância, embora tenha de criticar aquilo que achar devido. Tampouco, este trabalho baseia-se apenas em crítica, visto que a grande parte deste escrito se refira à interpretação da estética kantiana contida na *Crítica da faculdade de julgar*. Com isso, apenas farei minha interpretação das ideias de Kant sobre estética.

Este trabalho, em suma, tem como objetivo analisar as noções de Belo e de Sublime contidas na obra acima referida, tendo como principal posicionamento que a razão (por não conter nenhuma capacidade que naturalmente a faça conhecer os objetos ou as manifestações supra-sensíveis nos objetos sensíveis) aterroriza a psique humana e, posteriormente, como por uma virada estratégica inspirada no barão de Münchhausen, acalma-a por conta de achar em si mesma um *faktum* que proporciona serenidade à alma, ou seja, postula ideias, oriundas de si própria, sem nenhuma garantia de conhecimento destas. O belo e o sublime, seguindo este raciocínio, são sentimentos precedidos pelo terror, que, após reflexão sobre tais afecções, permitem à razão se acalmar e julgá-los como sentimentos serenos.

Para aceitar esta posição tem-se de, primeiramente, aceitar o fato de que na filosofia teórica não há espaço para um mundo psicológico transcendental, mas somente para um mundo lógico. Ora, a afirmação anterior soa estranha, entretanto falamos da faculdade de desejar e da faculdade de julgar superior; Tais faculdades (capacidades) transcendentais do sujeito ganham autonomia somente após certo terror por não abarcarem o incognoscível, tão caro à humanidade ocidental, ou seja, há um movimento que vai do desespero à serenidade; esta última é fruto do *faktum* descoberto na própria razão. Com isso, nota-se o disparate que é o título deste artigo. Contudo, este concerne apenas a uma intertextualidade com as três grandes Críticas de Kant, e não propriamente a um sentimento que a razão é incapaz de sentir por si mesma, apesar de causar tal afecção à psique humana. Então, é o sentimento de sublimidade que abre espaço para a beleza e à moralidade. Tal sentimento é a gênese da filosofia kantiana.

## O BELO HARMÔNICO

Ah, a beleza! O que seria do nosso mundo humano se não existissem coisas belas, belos cheiros, belos poemas, belas músicas, belas mulheres que são em si mesma a síntese do bem, do belo, do verdadeiro, quando, claro, não estão na TPM. O belo nos faz suportar a existência com tal esplendor que um simples poema nos faz reaver a ideia de contentamento presa no fundo de nosso âmago, ou como Kant gosta de falar: dá-nos complacência, regozijo, prazer. Somos privilegiados por pertencermos a mesma língua de grandes artistas, que nos brindam com luminosas obras tais como estas:

Não faço poemas como quem chora, nem faço versos como quem morre.  
 Quem teve esse gosto foi o bardo Bandeira quando muito moço; achava que tinha  
 Os dias contados pela tísica e até se acanhava de namorar.  
 Faço poemas como quem faz amor. É a mesma luta suave e desvairada  
 Enquanto a rosa orvalhada se vai entreabrindo devagar.  
 A gente nem se dá conta, até acha bom, o imenso trabalho que amor dá para fazer.

Perdão, amor não se faz. Quando muito, se desfaz.  
 Fazer amor é um dizer (a metáfora é falaz)

De quem pretende vestir com roupa austera a beleza  
 Do corpo da primavera. O verbo exato é foder.  
 A palavra fica nua para todo mundo ver  
 O corpo amante cantando a glória do seu poder.  
**A arte de amar (Tiago de Melo).**

Vivi bem,  
 Ardentemente.  
 Feliz, fui muito;  
 Hoje, sou menos.  
 Por quê? — Cansaço,  
 No peito um sopro,  
 Essa tristeza  
 De “pai de morto”...

Hoje, bem cedo,  
 Saí da cama.  
 Em vez de febre,  
 Sentia força.

Tomei café  
 Com pão e nata.  
 Faltei ao médico  
 E disse: — Basta!

Repetiria  
 — Ad aeternum! —  
 Todos os gestos  
 Que fiz na vida,

Cada momento,  
 Com regozijo;  
 Mesmo este último:  
 Cruento e fatídico.

Se fui senhor  
 Da própria vida,  
 Agora o sou  
 Da minha morte.

— Será assim  
 Que partem os fortes?

**Circulus virtuosus deus (MANUEL SOARES BULCÃO NETO).<sup>2</sup>**

<sup>2</sup> Inclui tais poesias devido à própria consideração de Kant acerca desta arte bela, a saber, “entre todas as artes a poesia (que deve sua origem quase totalmente ao gênio e é a que menos tem que ser guiada por prescrição ou exemplos) ocupa a posição mais alta. Ela alarga o ânimo pelo fato de ela pôr em liberdade a faculdade de imaginação e de oferecer, dentro dos limites de um conceito dado sob a multiplicidade ilimitada de formas possíveis concordantes com ele, aquela que conecta a sua apresentação com uma profusão de pensamentos, à qual nenhuma expressão linguística é inteiramente adequada e, portanto, elevar-se esteticamente a ideias” (KANT, 2000, pg 171).

Peço mil perdões aos senhores leitores por estas belas digressões, mas penso que falar da beleza sem mostrar coisas belas é tão inútil quanto amar uma mulher de plástico. Voltando ao que nos deve interessar aqui, Kant tem o mérito de nos ter mostrado que realmente um homem pode falar sobre o belo, mesmo tendo acesso a poucas cousas realmente belas. Todos sabem da história de Kant e que este viveu e morreu sem sair de sua Königsberg, e que esta não possuía tantas belezas dignas de um olhar atento, etc.

Temos de ter em mente, com efeito, que Kant é um homem de sua época e os grandes gênios são justamente aqueles que expressam tão bem o período em que viveram de modo a tornarem-se maiores que sua própria época. O século XVIII caracteriza-se pela ascensão da burguesia ao poder, simbolizado pelo individualismo típico do homem moderno. Tempo do culto à deusa Razão, acreditada guia dos homens em busca de um reino dos fins bom, belo e verdadeiro (herança dos transcendentais medievais). Tal período na história da arte é denominado tanto de classicismo quanto de neoclassicismo, substituindo o maneirismo renascentista, contudo impondo-se de forma mais clara apenas a partir dos anos de 1750:

Daí o aspecto inovador que caracteriza as teorias do belo na segunda metade do século: a busca do estilo original comporta uma ruptura com os estilos tradicionais, seja do ponto de vista teórico – como demonstra o ecletismo dos enciclopedistas -, seja do ponto de vista dos conteúdos, com a recusa dos temas e das poses tradicionais, a favor de uma maior liberdade expressiva (ECO, 2004, pg 244).

Ora, venhamos e convenhamos, Kant não era nenhum artista e falou da beleza sob o ponto de vista formal, ou seja, do ângulo do espectador. Ele já havia pensado um germen das ideias que desenvolveria posteriormente em seu escrito pré-crítico *Observações sobre o sentimento do belo e do sublime* (1764), ao afirmar que “as diferentes sensações de contentamento ou desgosto repousam menos sobre a qualidade das coisas externas, que as suscitam, do que sobre o sentimento, próprio a

Tal arte apresenta-se para Kant como um produto da natureza que aparece por meio do gênio, do artista que não saberia se perguntado como compôs sua obra de arte. A poesia é, enfim, produto de ideias estéticas, advindas da imaginação e que não se permitem adequar às outras faculdades. Cada homem de ser por elas sensibilizado com prazer ou desprazer.”<sup>3</sup> Entretanto, esta obra desenvolve-se a partir da observação dos costumes de sua época e não sob o ponto de vista formal-transcendental do seu período crítico (que está inserido no neoclassicismo). Também não se deve perder de vista que “no século XVIII o intelectual e o artista encontram-se cada vez menos submetidos à humilhante dependência de mecenas [...] graças à expansão do mercado editorial.”<sup>4</sup>

---

3 KANT, 1993, pg 19.

4 ECO, 2004 pg 252.

Com efeito, na medida em que a *Crítica da faculdade de julgar* tem a pretensão de ser uma ponte entre os dois usos da razão, ela comporta características de ambas. Um exemplo claro para tal assertiva reside no fato de que Kant usa as categorias do entendimento para refletir minimamente sobre as afecções, visto a terceira crítica dizer respeito justamente ao uso de uma *faculdade de sentir superior* (Deleuze, *Filosofia crítica de Kant*). Tal fato ocorre por conta da sua especificidade própria, a saber, as faculdades da imaginação e do entendimento entram em um jogo, de modo que o resultado da harmonia entre ambas permite julgar uma afecção como bela. Temos que ter em mente também, pensando com Ricardo Terra, que “a terceira Crítica não é uma obra estética, apesar de ter consequências relevantes para a estética.”<sup>5</sup>

Antecipei o aspecto harmônico do ajuizamento acerca do belo, com intuito de expor o funcionamento geral das faculdades na terceira crítica, visando primeiramente o belo. Antes de mais nada o ajuizamento do belo requer algumas peculiaridades próprias a tal empreendimento. Primeiro, os juízos decorrentes de tal reflexão são sempre subjetivos e a terceira crítica está ancorada no fato de que tal modalidade de juízos (subjetiva) deve ser explicitada como se esses fossem objetivos e universalmente comunicáveis. Segundo, é impossível uma ciência da beleza que demonstre objetivamente por que algo é belo; o belo tem de ser comunicável como se fosse universal, embora sua origem se dê em um sentimento particular. Terceiro, o belo é desprovido de interesse e conceito; este se dá por meio de uma desinteressada contemplação.<sup>6</sup> Neste terceiro tópico, é notório haver o uso das categorias do

Com efeito, o ajuizamento do belo se dá por meio de uma harmonia; isto não se deve perder de vista nunca. Esta harmonia tão aventada por Kant é o resultado de um jogo livre entre o entendimento e a imaginação, ambas as faculdades entendidas como ferramentas.<sup>7</sup> Este jogo se dá deste modo: a imaginação põe imagens, ou

---

5 TERRA, 2010, Pg. 17.

6 Este terceiro tópico é, sem dúvida, o mais polêmico e será desenvolvido ainda neste escrito, pois concerne ao fato do belo ser desprovido de interesse. Ora, há, todavia, um interesse moral, que, apesar de não ser empírico, conduz o ideal da beleza para um determinado caminho. entendimento para o ajuizamento do belo, mas apenas sob o ponto de vista formal, não denotando haver qualquer pretensão cognitiva, compondo um caráter puramente reflexivo.

7 Para alargar a compreensão exponho a interpretação de Gilles Deleuze sobre a noção de faculdade em Kant. Para Francês, a noção de faculdade se põe em dois sentidos que se entrelaçam, a saber, no primeiro sentido a noção de faculdade expressa certa capacidade para a realização de determinada tarefa, constituindo-se, assim, em uma capacidade de conhecer, em uma capacidade de desejar e em uma capacidade de sentir prazer ou dor. No segundo sentido, as faculdades não são apenas capacidades, mas também ferramentas para desempenhar tais capacidades, desdobrando-se em faculdade da imaginação, faculdade do entendimento e faculdade da razão. “Em suma, uma certa faculdade no primeiro sentido da palavra (faculdade de conhecer, faculdade de desejar e sentimento de prazer ou dor) deve

representações, de modo que o entendimento, imediatamente e mediamente, por meio de uma mínima reflexão, ajuíza tal representação como bela, visto a afecção nos causar complacência totalmente desinteressada. Com isso, quando uma coisa me parece bela, decorre que tal representação parece colocar em uníssono minha imaginação e meu entendimento.

O belo só pode ser considerado como tal na medida em que é desinteressado, ou seja, quando não tem finalidade alguma, sob o ponto de vista cognitivo. Como foi dito acima, o entendimento reflete sobre afecções, caracterizando intelectualmente tal juízo, contudo tal julgamento não tem a pretensão de conhecer o que me afeta, mas apenas julgar tal reflexão *como se* aquele objeto realmente tivesse uma conformidade a fins. Desse modo, uma coisa é bela quando parece ter uma finalidade moral.

Aqui há algo estranho. Não pareceria um tanto contraditório aceitar o argumento de que algo que não tem finalidade deva ser julgado sob a égide de uma finalidade moral? Não, não há contradição alguma aqui, apenas estranheza, se nos atentarmos para os usos da razão e o modo transcendental de pensar de Kant. De fato, a analogia com os conceitos do entendimento é um expediente usado para regular, ou seja, é possível saber que há a beleza, pois é um sentimento presente na mente humana, mas não é possível ajuizá-la como conhecimento. Parece aqui haver certo pavor em não se poder determinar um juízo como absolutamente certo e universal, coisa que a razão em toda sua história fez sem o menor constrangimento. Para Kant, este último expediente conceitual não era mais possível por conta dos limites estabelecidos. Assim, Kant expõe o prazer do belo da maneira que o sobrou, isto é, de forma negativa:

O prazer não é nem um prazer do gozo, nem duma atividade legal, tampouco da contemplação raciocinante segundo ideias; mas um prazer da simples reflexão. Sem ter por guia qualquer fim ou princípio, este prazer acompanha a apreensão comum de um objeto pela faculdade da imaginação enquanto faculdade da intuição, em relação com o entendimento enquanto faculdade dos conceitos, mediante um procedimento da faculdade do juízo, o qual tem de exercê-la também em vista da experiência mais comum; só que aqui ela é obrigada a fazê-lo para perceber um conceito objetivo empírico; lá, porém (no ajuizamento estético), simplesmente para perceber a conveniência da representação harmônica (subjetivamente conforme a fins) de ambas as faculdades de conhecimento em sua liberdade, isto é, ter a sensação de prazer do estado da representação (KANT, 2008, pg 138).

De fato, tal terror revela que a razão não tem interesse empírico algum, mas sim um interesse moral a priori subjetivo. Esse terror ocorre apenas inicialmente, pois após o contentamento, ou a complacência na terminologia kantiana, há uma serenidade na alma, uma espécie de calma conspícua, que permite o relaxamento do ânimo. Tal interesse se expressa na diferenciação proposta por Kant entre o belo

---

corresponder uma certa relação entre faculdades no segundo sentido da palavra (imaginação, entendimento e razão). É por tal motivo que a doutrina das faculdades forma um verdadeiro entrelaçamento, constitutivo do método transcendental” (Deleuze, 2000, pg 18).



natural e o belo artístico.

Para entendermos propriamente a causa de tal diferenciação devemos ter em mente que a faculdade da imaginação, sob a tarefa de representar objetos, traz à tona intuições sob duas modalidades diferentes: por meio de esquemas ou por meio de símbolos. O primeiro procedimento se apresenta sob o ponto de vista teórico, pois “a intuição correspondente a um conceito que o entendimento capta é dada a priori”<sup>8</sup>; isso ocorre devido o entendimento se portar de modo espontâneo. O segundo procedimento se dá analogicamente ao primeiro, contudo a representação é submetida a um conceito que “somente a razão pode pensar e ao qual nenhuma intuição sensível pode ser adequada.”<sup>9</sup> Para o ajuizamento do belo usa-se o segundo procedimento.

Com isso, o belo natural parece simbolizar imagens de algo adequado perfeitamente a minha faculdade de julgar, ou seja, parece haver uma semiótica perfeita na imaginação, enquanto faculdade da apresentação de símbolos. Estes últimos são ajuizados como se realmente contivessem fins morais inerentes, pois tais belezas naturais seriam evidências de que realmente há um Deus criador bom de toda esta beleza gratuita; se ele é bom comporta o belo e o verdadeiro em si.

O belo artístico, por sua vez, parece ser mais verdadeiro à medida que espelha o belo natural, ou seja, a obra de arte parece ser algo produzida pela natureza. O belo artístico é produto do gênio, que como foi aventado mais acima tem sua obra ajuizada como bela à medida que esta se assemelha ao belo da natureza, “Mais precisamente, Kant estabelece uma analogia entre os juízos de gosto sobre o belo na natureza e os juízos morais.”<sup>10</sup>

O sujeito se aterroriza quando percebe que a razão é incapaz de conhecer experiências que ultrapassam os limites empíricos e tendem à totalidade, que é algo impossível de se intuir. Portanto, o terror acerca do ajuizamento do belo não consiste no próprio ato de julgar, posto que para tal realmente se requiera serenidade e harmonia entre a faculdade da imaginação e a faculdade do entendimento. Todavia, tal terror se apresenta ao nos depararmos com o próprio limite da razão, a saber, algo que ocorre entre a razão teórica e a razão prática.

O sujeito se aterroriza quando percebe que a razão é incapaz de conhecer experiências que ultrapassam os limites empíricos e que tendem à totalidade, que é algo impossível de se intuir. Entretanto, após uma breve reflexão o sujeito percebe que contém em si mesma um *faktum*, uma vontade que determina as ações caracterizadas como morais, um fundamento interno em si mesmo, serenando após o terror e julgando os objetos como contendo uma moralidade implícita. Contudo, aquele terror inicial nunca abandona completamente a razão, deixando marcada nela a lembrança daquele momento inicial terrificante.

---

<sup>8</sup> KANT, 2008, pg 196.

<sup>9</sup> Ídem.

<sup>10</sup> TERRA. 2010, Pg. 17.

## O SUBLIME TERROR

Segundo Umberto Eco, “foi um autor da época alexandrina, o Pseudo-Longino, o primeiro a falar do sublime [...] que tem como fim a obtenção do prazer.”<sup>11</sup> O texto deste homem do século I a.C. , diferentemente dos modernos, expressa o sublime como um efeito da arte, mais precisamente do discurso poético. Este texto correu pelas mãos dos intelectuais dos séculos XVII e XVIII, mudando o significado deste sentimento do sublime, o qual se separou da arte e se associou às experiências perante imagens da natureza. As cenas da natureza nem sempre expressam uma beleza serena. Na maioria das vezes, as imagens da natureza se apresentam de modo aterrador, informe, absolutamente maior e mais poderosas, pontuando o ser humano como algo ínfimo diante de um espetáculo que foge a seu controle.

Edmund Burke é o primeiro autor do século XVIII a tentar sistematizar a diferença entre o belo e o sublime. O belo se caracteriza, para ele, sobretudo, por sua pequenez, enquanto o sublime é o sempre maior, o terrificante. Burke se pergunta, como não poderia coerentemente deixar de se perguntar, de que modo é possível algo terrível deleitar? Sua resposta é simples e lógica, a saber, é possível quando não ameaça. Ora, no sentimento do sublime o homem é antes de tudo um elemento desimportante no espetáculo da natureza.

E se uma certa forma de dor é de tal natureza que influi sobre a visão ou sobre o ouvido, que são os órgãos mais delicados, a impressão aproxima-se ainda mais daquela que tem uma causa intelectual. Em todos esses casos, se a dor e o terror são modificados de forma a não ser realmente nocivos, se a dor não atinge a violência e o terror nada tem a ver com o perigo real de destruição da pessoa por liberarem as partes, sejam as delicadas, sejam as robustas, de uma obstrução perigosa e danosa, estas emoções são capazes de produzir deleite; não prazer, mas uma espécie de deleitoso horror, uma espécie de tranquilidade tinta de terror; a qual como depende do instinto de conservação, é uma das paixões mais fortes. O seu objeto é o sublime (APUD: ECO, 2004, pg 293).<sup>12</sup>

O sublime é antes de tudo um transgressor que não se adapta a nossa serenidade de alma; pelo contrário, põem-nos aflitos e desesperados diante do absolutamente escapável ao intelecto. Com este mote medonho expõe-se aqui o que Kant pensa ser o sentimento do sublime, que é antes de tudo uma das maiores manifestações de definição de um sentimento humano. Kant realmente foi ao âmago da problemática, definindo com precisão as inquietações de sua época referentes a este sentimento. Este problema, mais do que qualquer outro, realmente confirma de modo cabal a ideia aqui aventada, a saber, a razão causa terror ao sujeito no limite entre seu uso prático e seu teórico, ou melhor, a passagem do uso teórico ao uso prático é aterradora inicialmente por conta de que não há material cognitivo adequado ao uso prático; entretanto ela causa serenidade ao encontrar no seu âmago

<sup>11</sup> ECO, 2004 pg 278.

<sup>12</sup> Aqui Eco cita Burke, mais precisamente *Pesquisa filosófica sobre a origem de nossas idéias do belo e do sublime*, IV, 8, 1756.

um *faktum*, que legitima suas pretensões moralizadoras.

No ajuizamento do sentimento acerca do sublime, tal qual ocorre com o sentimento do belo, há um livre jogo entre faculdades, contudo não mais o entendimento dá seu ar da graça, e sim tal jogo acontece entre a imaginação, faculdade das intuições ou representações, e a razão, faculdade da totalidade. Com isso, podemos notar já de saída uma diferença essencial em relação ao sentimento da beleza. Se não mais o entendimento, mas a razão entra em cena, a forma de ajuizamento percorre um caminho diferente, uma vez que o sublime, na medida em que para ser ajuizado requer uma faculdade da totalidade, nos mostra que a problemática não gira mais em torno de uma mera reflexão que ajuíze um prazer, mas de um susto inicial como sentimento causado por uma intuição de algo absolutamente estranho: o sublime se inicia de modo não prazeroso. Com efeito, o sublime, que pese ser grandemente aventado como referente a produtos da natureza, também pode concernir a produtos construídos belamente pelo homem:

O mesmo também pode bastar para explicar a estupefação ou espécie de perplexidade que, como se conta, acomete o observador por ocasião da primeira entrada na igreja de São Pedro em Roma. Pois se trata aqui de um sentimento da inadequação de sua faculdade da imaginação à exposição da ideia de um todo (KANT, 2008, pg 98).

Desse modo, podemos elencar três tópicos para expor o problema do sublime:

- 1) A atuação das faculdades;
- 2) O modo de apresentação do sublime (matemático ou dinâmico) ;
- 3) O sublime como espelho da moralidade. Tais tópicos refletem o modo como o homem do século XVIII, aqui sistematizado pela teoria kantiana, encarava seus sentimentos diante das imagens que o afetavam;

1) As faculdades que atuam no ajuizamento do sublime têm de ser consideradas aqui no sentido de ferramentas, que permitem à faculdade de desejar superior (faculdade no sentido de capacidade) serenar e sentir prazer. Como havia antecipado um pouco mais acima, as faculdades que desempenham a função de ajuizar o sublime são a imaginação e a razão, ambas participam de um livre jogo. Contudo, tal jogo é um tanto quanto conflitante e se dá de modo bem mais violento e intranquilo, inicialmente. Isto ocorre devido ao modo pelo qual os objetos se apresentam a nós: magnanimamente.

A imaginação é a faculdade das intuições e, por conseguinte, tem como tarefa última trazer á tona representações. No entanto, há objetos cuja intuição se torna inexprimível, pois a imaginação se depara com coisas absolutamente grandes e de força estonteante de tal modo que esta faculdade não tem condições intrínsecas para propor uma intuição que realmente seja fiel ao que deve ser a imagem do objeto em sua totalidade. Isto nos causa um desprazer tremendo.

Ora, a intuição posta pela imaginação não tem condições de abarcar o total, tampouco o infinito. Quando digo que estive defronte a um mar que me causava intranquilidade por conta de minha incapacidade para controlá-lo, estou ao mesmo tempo expondo que a minha imaginação, em seu viés reprodutivo, não conseguiu

propor uma imagem tranquila, com boas finalidades, para aquele mar. A imaginação, enfim, é incapaz de nos trazer tranquilidade diante de objetos que escapam a qualquer representação fiel.

A razão, por sua vez, sob o ponto de vista do ajuizamento do sublime, atua como apaziguadora. Ela é a faculdade não apenas da totalidade, mas também da serenidade. Tudo que a imaginação não tem condições de fazer, pois segue sempre as condições espaços-temporais, a razão faz, ou seja, propõe algo que visa à relação total (última) de cada representação posta pela imaginação. A razão é a faculdade que formula ideias e estas não necessariamente tem de concernir realmente ao que a representação posta pela imaginação propõe; isto é, a função da razão consiste em serenar a alma.

A razão trabalha, com isso, postando ideias que se adéquam às representações da imaginação, contudo, muitas vezes, tais ideias causam um inicial desprazer, por conta da ainda grande influência da imaginação em tal processo. No entanto, o prazer logo advém devido à contemplação daquela afecção. Este prazer aparece, pois, após condições determinadas, na medida em que quando nos deparamos com figuras absolutamente grandes sentimos nossas forças vitais ameaçadas e a imaginação não dá conta de propor uma solução que nos acalme perante tal fato e, com isso, a razão entra em cena mostrando estarmos seguros e que nossa vida não está ameaçada pelo espetáculo magnânimo que se apresenta, serenando, assim, nossa alma e nos causando prazer. Por conta de tudo isso, pode-se afirmar que:

A disposição de ânimo para o sentimento do sublime exige uma receptividade do mesmo para ideias; pois precisamente na inadequação da natureza às últimas, por conseguinte, só sob a pressuposição das mesmas e do esforço da faculdade da imaginação em tratar a natureza como um esquema para as ideias, consiste o terrificante para a sensibilidade, o qual, contudo, é ao mesmo tempo atraente; porque ele é uma violência que a razão exerce sobre a faculdade da imaginação somente para ampliá-la convenientemente para o seu domínio próprio (o prático) e proporcionar uma perspectiva para o infinito, que para ela é um abismo (KANT, 2008, pg 111).

Com isso, o sublime se apresenta por meio de objetos da natureza ou do engenho humano, que aparecem singularmente a partir da imaginação para, daí então, a razão buscar a totalidade e a finalidade da afecção por meio de um juízo estético. Tal procedimento causa serenidade posterior ao ajuizamento.

2) O sublime se apresenta sob duas formas, por assim dizer, entrelaçadas em sua constituição própria, mas que tem conotações diferentes, ou seja, por meio do sublime-dinâmico ou do sublime-matemático. Este último põe em jogo a razão em vista da faculdade de conhecer, enquanto aquele permite a atuação da razão sob a égide da faculdade de desejar, concernindo à finalidade de nos preparar para o advento da lei moral. As faculdades de conhecer e de desejar não designam uma determinação estrita, mas apenas uma reflexão que propõe uma finalidade como se realmente houvesse um reino dos fins.

O sublime-matemático é aquilo absolutamente grande. A imaginação, como afirmei no tópico anterior, não tem condições intrínsecas de representar o objeto que estamos defronte por si própria e tal desajuste entre a imaginação e o entendimento, que entra em cena aqui inicialmente e revela também sua incapacidade de participar deste jogo, senão emprestando, por analogia, sua categoria de quantidade. Por conta justamente de tais características, “o sublime não deve ser procurado nas coisas da natureza, mas unicamente em nossas ideias” (KANT, 2008, pg 96).

Ora, mais propriamente que na consideração sobre a Beleza (para o qual o objeto analisado é fundamentalmente harmônico), para o ajuizamento do sublime, sob o ponto de vista matemático, há uma desproporção inicial, um desprazer por conta da inadequação da nossa faculdade de conhecer em reconhecer aquele objeto pobremente representado como não trazendo perigo para nossas forças vitais. Tal afecção traz perigo e causa medo por conta de ser absolutamente grande. Entretanto, esta desconformidade inicial causada pela imaginação que busca o infinito por meio da contagem ordinária se transforma num prazer por conta da entrada em cena da razão que, por ter condições intrínsecas de pular esta contagem e buscar a totalidade, julga subjetivamente este sentimento como conforme a fins. Assim, a serenidade toma conta do sujeito.

O desprazer é representado como conforme a fins com respeito a ampliação necessária da faculdade da imaginação para a adequação ao que em nossa faculdade da razão é ilimitado, ou seja, à ideia do todo absoluto; por conseguinte, a desconformidade a fins da faculdade da imaginação a ideias da razão e a seu suscitamento é efetivamente representada como conforme a fins. [...] e o objeto é admitido como sublime com um prazer que só é possível mediante um desprazer (KANT, 2008, pg. 106).

Por sua vez, o sublime-dinâmico mostra existir uma violência na natureza que se faz absolutamente maior, em relação à fragilidade humana. O homem se vê nesta modalidade do sublime refém de tal perspectiva de modo a causar nele o sentimento de medo. Ora, o sentimento do sublime na sua forma dinâmica mostra que a natureza tem poder sobre o sujeito, que pese não o dominar, sendo exatamente aqui a entrada em cena, por meio da razão, do prazer no ajuizamento estético do sublime.

Com efeito, há um movimento próprio no juízo estético sobre o sentimento causado pela modalidade dinâmica do sublime. Ou seja, a natureza é dinamicamente sublime na medida em que é considerada como objeto de medo devido nos revelar um poder tremendo sobre nós. Entretanto, quando nos damos conta de que estamos a salvo de tal poder, restando apenas a contemplação de tal força natural, somos arrebatados por um contentamento tamanho que o prazer emerge do terror. Devido aquele medo inicial, tal complacência torna-se “um contentamento com o propósito de jamais expor-se de novo a ele; antes, não se gosta de recordar-se uma vez sequer

daquela sensação.”<sup>13</sup>

Com isso, o sentimento do sublime na sua forma dinâmica revela que a razão se põe como algo mais alto que a natureza, visto que esta faculdade tem de ter o poder de totalizar e de designar fins, exprimindo sua força própria.

Portanto, a natureza aqui se chama sublime simplesmente porque ela eleva a faculdade da imaginação à apresentação daqueles casos nos quais o ânimo pode tornar capaz de ser sentida a sublimidade própria de sua destinação, mesmo acima da natureza (KANT, 2008, pg 108).

3)O sublime é um sentimento que nos causa desprazer inicialmente, mas após sua adequação violenta às ideias da razão causa um posterior prazer, devido justamente haver a emissão de juízos estéticos após o jogo livre entre razão e imaginação. O sentimento causado pela imagem disforme é julgado como conforme a fins morais.

O sublime se nos apresenta de forma simbólica, em vista da moralidade. Esta simbologia da representação se dá posteriormente ao ajuizamento da afecção provocada em nós por uma força da natureza como sublime (podendo ser ao mesmo tempo belo, sob a ótica da forma). O símbolo funciona como uma analogia a uma ideia moralmente boa da razão, que nos vivifica e nos aponta haver algo de supra-sensível, simbolizado naquela forma natural.

Ora, na medida em que o sublime representa uma violenta adequação de representações às ideias da razão, nota-se haver, neste mesmo movimento, a ação desta faculdade que busca o supra-sensível por meio de postulados ou ideias reguladoras. A principal ideia reguladora é Deus, um ser que tem de simbolizar a bondade, a verdade e a beleza unidas em sua natureza. Daí a coerência de Kant ao afirmar ser a beleza da natureza superior ao belo artístico, pois conteria em si o símbolo do supra-sensível, enquanto forma perfeita moldada por um Deus bom criador de belezas que parecem se adequar a meu intelecto.

Contudo, essa adequação se dá após um terror inicial, decorrente da inadequação diante de algo absolutamente maior, mais forte e terrificante. As ideias morais são, com isso, símbolos que nos vem por meio do sentimento do sublime. É a experiência diante de algo que ajuizamos como sublime que nos remete a simbolizar ideias morais, podendo-se afirmar ser justamente este sentimento sublime a abertura da consciência de que somos seres portadores de moralidade. “Ora, eu digo: o belo é símbolo do moralmente-bom”<sup>14</sup> e, desse modo, “as livres matérias da natureza sensível simbolizam as ideias da razão.”<sup>15</sup>

Portanto, o sublime (bem mais em sua modalidade dinâmica que matemática) nos revela que o remeter-se ao supra-sensível, algo próprio da nossa faculdade da razão, “aparece como o pré-destino de um ser moral.”<sup>16</sup> O sublime prepara-nos para

<sup>13</sup> KANT, 2008, pg. 107. Será mesmo tal assertiva verdadeira? Kant por certo não teve acesso a pessoas como para-quedaistas que adoram o medo e a adrenalina de pular em direção ao nada, pondo em risco a própria vida. Estes conhecem o perigo o qual estão expostos e também confiam na segurança do para-queda. Entretanto, estes profissionais sempre voltam a exporem-se a tal perigo. Isto é algo paradoxal que não desenvolverei.

<sup>14</sup> KANT, 2008, pg 197.

<sup>15</sup> DELEUZE, 2000, pg 61.

<sup>16</sup> *Ídem*, pg 59.

assumirmos a lei moral como algo inerente a nós, impreterivelmente. Isto tudo acontece por conta de nossa razão ser a instância que salvaguarda a lei moral em sua pureza e totalidade próprias, remetendo sempre a fins morais inexistentes enquanto conhecimento, mas belos e úteis enquanto aquilo que de mais alto um ser humano teria a capacidade de pensar. Isso se pensar e sentir o sublime realmente nos remete à moralidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

De fato, este projeto é deveras incompleto devido delinear somente uma intuição não completamente desenvolvida, posto que para isso fosse necessária uma imersão profunda nas três Críticas. Por certo há problemas com a posição aqui aventada, uma vez que o terror não aparece propriamente na consideração kantiana acerca do sentimento do sublime, mas somente um sentimento de medo. De modo algum ele fala em terror em outra parte de sua obra principalmente na passagem do uso teórico da razão para o uso prático. Também creio ser problemática a consideração de que há um terror subjacente a noção de beleza, pois para que haja o ajuizamento de um produto do homem ou da natureza como belo tem de ser necessária a serenidade de ânimo. No mais, gostaria que este trabalho fosse visto como uma tentativa de mostrar que também há problemas nas ideias estéticas de Kant, principalmente nesta associação entre a beleza e a moralidade e que o terror é algo que pode ser considerado como válido e cabível no sistema transcendental.

## APÊNDICE CONCLUSIVO

Então, o belo, com isso, tem por finalidade nos revelar aquilo que não somos. Mostra-nos o terror de uma razão que não mais pode determinar o fim último com derradeira certeza e tenta impor, por meio de si mesma (obviamente, educada em uma determinada cultura, denotando, por isso, o seu querer) os seus próprios pré-conceitos. Ou seja, os conceitos que não podem determinar coisa alguma têm de determinar, contraditoriamente, o que devemos universalmente sentir.

Com isso, o interesse da razão sobre o belo refere-se à dita aptidão da natureza para produzir belas formas, moldáveis a nossa imaginação. Ou seja, o interesse não incide sobre a bela forma enquanto tal, mas sobre a matéria empregada para produzir objetos capazes de se refletirem formalmente. Há, desse modo, um interesse não empírico e de natureza posterior ao sublime; pois, à medida que este último nos mostra o que realmente tem de ser apresentado como tendo em si uma imagem da moralidade contida nos objetos da natureza, por meio do medo e da violenta intervenção da razão, faz-nos perceber que a arte humana também nos permite reconhecer uma finalidade moral numa obra feita pelo homem. Ou seja, a experiência do sublime nos torna apto a sentir algo como belo: *a beleza é posterior ao terror*. Isto se torna verdadeiro ao constatar-se que tal obra se assemelha a produtos da natureza, isto é, uma obra tão belamente forjada que nos permite perceber um interesse moral.

---

Assim, quero dizer que é necessário haver a experiência do sublime, nesta teoria kantiana, para ser possível um real interesse pela beleza da natureza, pois esta nos escapa por ser absolutamente grande e mais forte. Mas, a razão ainda assim se acha superior ao conseguir compreender (mas não conhecer) que podemos captar ideias morais naquelas imagens que nos causam medo, aflição e, principalmente, terror. O belo apenas é satisfatoriamente compreendido se experimentarmos o sublime. Em suma, tanto o sentimento da beleza quanto a sensação do sublime nos são impostas por certa cultura do gosto!

Portanto, a razão que visa uma aplicação transcendental de regras ao mundo é aterrorizante. Ela atesta que não conhece as coisas como são em si mesmas: estas são escapáveis e inabarcáveis. Contudo, ainda tem em si o trunfo de poder determinar por meio de juízos (que não mais se referem à pergunta sobre o que são tais ou tais objetos, mas apenas de que modo é possível haver conhecimento acerca de representações), de conhecer afecções mecânico-causais referentes à natureza. Todavia, quando a razão se vê obrigada a passar do âmbito dos juízos determinantes, no qual ela é sempre serena por estarem estes sob a esfera da lógica, para a esfera dos juízos reflexivos acontece de haver um terror. Tal se dá por conta de que a razão tem o poder de ir além, ao incondicionado, mas não tem base empírica que confirme a verificabilidade de suas viagens a este mundo. Com isso, ela se reflete num mundo mesclado entre lógica e sentimento, um mundo que advém de um aspecto psicológico e se liberta deste; isto fica claro na *Crítica da Faculdade de Julgar*. Então, a razão consegue serenar, pois encontra em si mesma um critério de validade, mas sem nunca deixar o sujeito esquecer-se daquele terror experimentado antes de encontrar tal ideia reguladora e este é lembrado pela razão sempre que se está diante de afecções que causem o sentimento do sublime.



## BIBLIOGRAFIA

### Obras de Kant

KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura* (Tradução: Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão). Lisboa, Fundação Calouste Gulbekian: 2001.

\_\_\_\_\_. *Crítica da razão prática* (Tradução: Valério Rohden). São Paulo, Martins fontes: 2002.

\_\_\_\_\_. *Crítica da faculdade do juízo* (Tradução: Valério Rohden e Antônio Marques). Rio de Janeiro, Forense Universitária: 2008.

\_\_\_\_\_. *Fundamentação da metafísica dos costumes, in: Textos selecionados* (Seleção de textos: Marilena Chauí. Tradução: Paulo Quintela). São Paulo: Abril cultural, 1984.

\_\_\_\_\_. *Observações sobre o sentimento do Belo e do Sublime; Ensaio sobre as doenças mentais* (Tradução: Vinicius Figueiredo). Campinas: Papirus, 1993.

### Obras sobre Kant

TERRA, Ricardo. *Pode se falar de uma estética kantiana?*. In: *Kant e a música*. (Org.) Ubirajara Rancan de Azevedo Marques. São Paulo: Ed. Bacarolla, 2010.

DELEUZE, Gilles. *A filosofia crítica de Kant* (Tradução: Germiniano Franco). Lisboa: Edições 70, 2000.

Outras obras

ECO, Umberto. *História da beleza* (Tradução: Eliana Aguiar). Rio de Janeiro - São Paulo: Ed. Record, 2004.

SCHOPENHAUER, Arthur. *O mundo como vontade e como representação / Crítica à filosofia kantiana* (Tradução: Jair Barboza). São Paulo: Ed. UNESP, 2005.